

Ano XXVI nº 6710 – 30 de novembro de 2022

Contraf-CUT representou o Brasil na conferência internacional sobre previdência

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) participou, nos dias 28 e 29/11, da Conferência do Comitê dos Sindicatos Globais sobre o Capital dos Trabalhadores, em Barcelona, Espanha. O evento ocorreu no formato presencial e contou com a participação de representantes da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (Fetrafi/NE). A

Contraf-CUT, juntamente com a Fetrafi/NE, defende a liberdade de sindicalização e a negociação coletiva.

Com mais de 700 participantes de 25 países diferentes, o Comitê de Capital dos Trabalhadores é uma rede sindical internacional de diálogo e ação sobre o investimento responsável do capital dos trabalhadores. O comitê conecta ativistas trabalhistas e membros do conselho de proprietários de ativos de todo o mundo, com vista à promoção do compartilhamento de informações e ações conjuntas no campo do capital dos trabalhadores.

Os tópicos da sessão para a conferência deste ano incluíram desafios e oportunidades atuais para fundos de pensão de todo o mundo, estratégias para responsabilizar os administradores de ativos sobre os direitos trabalhistas fundamentais em investimentos, o impacto dos desenvolvimentos da política financeira sustentável nos fundos de pensão e sindicatos.

Transição: grupo vai propor retirada da reforma administrativa e da carteira verde e amarela

O grupo da transição que discute mercado de trabalho vai propor o abandono das propostas do governo Jair Bolsonaro que tratam da criação da chamada carteira verde amarela e da reforma administrativa. A informação foi divulgada pelo deputado Rogério Correia (PT-MG), um dos coordenadores do grupo na equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A carteira verde e amarela foi uma proposta de flexibilização de regras trabalhistas elaborada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com a finalidade de estimular o emprego de jovens ao reduzir os custos das contratações de funcionários pelas empresas. Uma medida provisória sobre o tema chegou a ser enviada em 2020, mas foi revogada. Mas ainda há um projeto de lei com teor semelhante em andamento no Legislativo, segundo Rogério Correia.

"O governo Bolsonaro tentou o tempo inteiro instituir uma carteira que chamava de verde de amarela, sem direitos. Isso pra gente está fora. A ideia é retirar esse projeto de lei que está lá, que retira mais direitos da CLT, e configurar uma comissão tripartite para discutir o novo mundo do trabalho", declarou. O deputado também informou que a reforma administrativa, já aprovada em uma comissão especial da Câmara, também deverá ser retirada de pauta.

Jornada dos bancários novamente em risco

O Projeto de Lei 1.043/2019, de autoria do deputado David Soares (União/SP), que autoriza a abertura de agências e o trabalho bancário aos sábados e domingos, recebeu parecer favorável do deputado Eli Corrêa Filho (União/SP) e pode ser votado na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (30).

"Para nossa surpresa, parlamentares que desconhecem totalmente a realidade da categoria, colocaram novamente na pauta de votação este projeto que tem potencial para prejudicar bancárias e bancários de todo o país e retirar um direito adquirido há muito tempo, levando em conta a garantia da saúde física e mental dos trabalhadores", observou o secretário de Relações do Trabalho e responsável da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) pelo acompanhamento da tramitação de projetos e temas de interesse dos trabalhadores do Congresso Nacional, Jeferson Meira.

O dirigente da Contraf-CUT disse que já foi feito contato com parlamentares que tem compromisso com os trabalhadores para que eles solicitem a retirada do projeto da pauta, para que a proposta seja debatida com a sociedade, e com o presidente da comissão, para que a solicitação seja aceita. "Já impedimos a votação desta e de outras propostas que buscavam liberar o trabalho bancário aos finais de semana e agora já acionamos parlamentares da CDC para retirarmos este projeto absurdo da pauta de votação", completou.